



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de entrega da
Ordem Nacional do Mérito Científico*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhor Vice-Presidente, Dr. Marco Maciel; Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Professor José Israel Vargas; Dona Maristela; Senhores Ministros de Estado; Senhores agraciados com a Ordem Nacional do Mérito Científico; Senhoras e Senhores;

Esta solenidade da entrega da Ordem Nacional do Mérito Científico, hoje, coincide com alguns fatos auspiciosos. Em primeiro lugar: o CNPq foi fundado há 45 anos, e nós estávamos também comemorando. É uma idade, para mim, muito jovem ainda; de qualquer maneira, são 45 anos. Através da ação do CNPq, cerca de 100 mil especialistas foram aprimorados, formados, o que não deixa de ser uma marca importante para um país como o Brasil, que, como nós todos sabemos, tem uma série de dificuldades no terreno do desenvolvimento científico e no terreno do apoio do Governo aos programas de financiamento. Isso é algo que merece essa comemoração.

Depois, nós tivemos a satisfação de ver que conseguimos realizar uma idéia antiga, com a qual eu havia me comprometido mesmo antes de ser eleito Presidente da República, que era a idéia da forma-

ção de um programa para apoiar os núcleos de excelência, o Pronex, porque nem sempre é fácil disponibilizar recursos e conseguir, também, que se elabore um programa que faça jus ao nome. E nós, hoje, podemos anunciar que foram selecionados 77 projetos e que, nesse esforço de seleção, houve um trabalho muito apreciável da Comissão de Coordenação.

Temos, agora, perspectivas da continuidade desse programa, porque vimos que foi possível cadastrar cerca de 500 projetos com possibilidade de, pelo menos em princípio, receber esse apoio.

As verbas foram liberadas e adicionadas. Havia, sempre, essa preocupação de que se tratava de tirar de uns para dar a outros. Essa mania persecutória... Eu sempre disse que não seria assim, e não foi assim. As verbas estão à disposição, e nós acreditamos que, no ano que vem, não só esses programas vão estar em andamento, como nós teremos o vagar necessário para a definição da continuidade do programa e para o seu aperfeiçoamento.

Acredito, mesmo, que o fato de termos conseguido que 500 grupos se apresentassem é um fato significativo. Na maioria dos casos, são grupos interinstitucionais, quer dizer, realmente se trata da formação de certas redes propícias ao desenvolvimento da comunicação científica, de um trabalho mais coletivizado na área da ciência.

Portanto, isso é mais uma razão para nós – o Governo – estarmos, neste momento, modestamente reconhecendo a importância da colaboração dos senhores nas suas áreas respectivas. Podemos ver que isso é fruto de um esforço nacional, de um esforço mais amplo.

Também gostaria de dizer que o Brasil, neste ano, está gastando cerca de 1% do produto nacional bruto na área de ciência e tecnologia. O Ministro José Israel Vargas, a quem devo os meus agradecimentos pelo empenho com que tem levado esses programas, tem insistido muito no fato de que o crescimento, a expansão da área de ciência e tecnologia dependerá, crescentemente, da capacidade que nós todos tenhamos para atrair, também, o setor privado nesse esforço. Digo “nós todos” porque isso implica que os setores científicos

também busquem essas parcerias e que o Governo crie condições para que essas parcerias possam se efetivar.

Pois bem, conseguimos alcançar essa meta, de tal maneira que, hoje, 25%, eu creio, vêm, já, da iniciativa privada, dos recursos que são destinados à pesquisa. O nosso objetivo é chegar à meta dos 60%, que foi estabelecida pelo PPA. O Dr. Hélio Jaguaribe, que já foi Secretário de Ciência e Tecnologia, sabe da importância desses programas e das dificuldades também. E nós estamos conseguindo avançar. Esperamos que, em 1999, seja possível alcançar cerca de 1,5% do PIB, ou seja, cerca de 10 bilhões de reais. Depende, naturalmente, da força do crescimento do PIB. Espero que, pelo ano 2000, o PIB brasileiro alcance 1 trilhão de dólares, o que é uma cifra realmente considerável. Se não houver nenhuma tempestade pela frente, vamos chegar lá, a 1 trilhão de dólares. Por consequência, crescentemente, teremos esse apoio, também, à ciência e à tecnologia.

Convém ressaltar o fato de que, neste ano, nós estamos cumprindo... Eu não devia dizer isso, porque olho para os outros Ministros e já fico com medo (*risos*)... Mas, em ciência e tecnologia, estamos cumprindo 95% do orçamento. Imagina, Ministro Lobo, se eu desse 95% do orçamento da Aeronáutica: eu não teria que voar mais de “Suca-tão” (*risos*). Mas, na ciência e tecnologia, efetivamente... E eu não me refiro ao executado, não; é ao orçado. É verdade que o orçado é limitado. Mas são 95%. Em 1992, com muito empenho, chegamos a 50%.

Isso é virtude, certamente, dos senhores, que pressionam o Ministro, mas tem a ver, também, com a estabilização da moeda. Realmente, a grande modificação, em termos de planejamento, em termos da possibilidade de se começar a ter uma destinação mais correta dos recursos, em função de prioridades, deriva da estabilização da moeda.

Neste ano que entra, em 1997 – com o orçamento que está sendo votado no Congresso, que eu espero que aprovelem ainda neste ano –, se as coisas correrem dentro de um marco razoável, no que diz ao realismo do orçamento, ou seja, se não for orçado aquilo que depois não vem, porque os impostos serão menores do que o que for orçado; se vier assim, não há outro recurso, nós teremos que contingenci-

ar, porque ninguém vai produzir inflação de novo. Mas, se houver um certo equilíbrio, que eu espero que haja – e o Congresso tem sido muito cooperativo nessa matéria – e se aprovarmos o orçamento em dezembro deste ano, isso será outro marco, porque, normalmente, o orçamento é aprovado em maio ou em junho. E, quando o orçamento é aprovado em maio ou junho, os que são Ministros das áreas não econômicas sabem que, daí por diante, a ditadura da área econômica é inevitável.

Eu fui, contra a minha vontade, ditador por alguns meses, porque, quando o orçamento não é aprovado ou demora a ser aprovado, os senhores todos sabem – talvez os cientistas não saibam tanto, mas os administradores sabem –, a administração se faz por duodécimos, calculados na base do orçamento do ano anterior. Então, nesse caso há o chamado contingenciamento, ou seja, não se libera nada, e a liberação passa a ser em função da disponibilidade e das prioridades, que não são as do Governo, muitas vezes são as do caixa, do Tesouro.

Pois bem, espero que neste ano nós tenhamos o orçamento aprovado ainda neste mês de dezembro e que ele venha em níveis de realismo, que não obrigue o Governo a contingenciar. Se isso acontecer, o desembolso dos recursos vai ser feito de acordo com um grau de previsibilidade muito maior, e isso é o que permite uma atividade rotineira, normal. Isso afeta a ciência diretamente. Não dá para trabalhar sabendo que num mês tem recurso e, no outro, não se sabe. Não obstante, é assim que se trabalha no Brasil, não só na área científica, em todas as áreas, e é consequência do longo processo de inflação e da desordem gerada por esse processo inflacionário.

Acho que convém, também, chamar a atenção para o fato de que, no Ministério da Ciência e Tecnologia, nós fizemos um grande esforço e estamos atingindo 95% do orçamento, apesar dos contingenciamentos.

Também é importante notar que o Governo conseguiu começar a redistribuir esse recurso de forma mais equitativa, do ponto de vista regional. E não digo isso porque o Vice-Presidente está aqui, não. O fato é que a Finep e o Ministério da Ciência e Tecnologia

passaram de 4% para 17% os seus recursos destinados ao Nordeste. Daqui a pouco, o Sudeste vai chorar. Realmente, está havendo um esforço grande no sentido de um certo equilíbrio regional, em termos dos recursos disponíveis.

Por fim, ainda para expor as razões de júbilo, eu queria dizer que também avançou muito um programa chamado Softec, que foi lançado, quando eu era Ministro das Relações Exteriores, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e que tem por objetivo obter maior equilíbrio no setor da informática, da produção e exportação do *software* brasileiro. Nós destinamos cerca de 100 milhões de reais a esse projeto – isso o governo estadual, o Governo Federal e também a iniciativa privada – e cerca de 5 mil empregos diretos foram criados, e aí se podem imaginar quase 100 mil empregos indiretos. Fizemos 20 núcleos, distribuídos por 15 estados. Esse, hoje, é um programa já praticamente vitorioso, já vai poder marchar por conta própria.

Vê-se, portanto – e talvez eu tenha dito isso para me desculpar perante os senhores, que sabem das outras carências –, que, apesar das carências, das dificuldades, o Brasil começa a poder divisar uma política científica mais consistente. Começa. Não adianta prometer o que não se pode. Vai depender não só da estabilização da moeda, que vai continuar, mas da retomada estável da taxa de crescimento e de uma melhoria na gestão.

Tenho dito e repetido e vou dizer mais uma vez aqui: nós começamos a ter que enfrentar um problema de natureza nova, e eu, francamente, acho excelente que seja assim. É que vamos substituir, progressivamente – os senhores sabem que não é bem assim, ainda – a preocupação obsessiva com a escassez de recursos por uma outra preocupação: como é que se aplicam bem os recursos, como é que, realmente, se distribuem as prioridades e de que maneira se avaliam os programas.

Isso é uma mudança fundamental, sobretudo nas nossas áreas de ciências, onde qualidade é indispensável, avaliação é indispensável. Sei que, às vezes, é antipático, que, no Brasil, quase se repele a idéia de avaliação. Parece que fazer prova – o Ministro Paulo Renato sabe

melhor do que ninguém disso – é uma coisa inaceitável. Mas, nas áreas científicas, avaliação é tudo. Na área científica, não há como escapar de que há uns que são bons e uns que não são. E quem é bom tem que ter mais apoio, quem não é tem que ser treinado. Mas há, aí, um apelo inexorável à qualidade e à melhoria da qualidade.

Os recursos têm que ser, também, evidentemente, orientados em função da capacidade que se tem de utilizá-los bem. Acho que nós estamos começando, no Brasil, a poder chegar ao patamar de uma preocupação maior com a qualidade.

Desde que começou esse Programa dos Núcleos de Excelência, eu disse um milhão de vezes: “Esqueçam a questão de dinheiro; eu garanto.” É pouca coisa que o Presidente pode garantir, assim, com tanta ênfase. Mas, nesse caso, não é essa a questão. Não se trata de “vai ter 30, 40 ou 50 milhões de reais”, por mais que isso seja dinheiro bastante para o Governo brasileiro. Vai ter. Cuidem da qualidade; que seja um programa, realmente, de excelência. Não é para pulverizar os recursos e aumentar o salário de cada um: os salários são baixos, mas o mecanismo de melhorar salário não é programa de excelência – até porque a pessoa, independentemente da sua excelência científica, tem que ter condição de vida. Não se vai pagar bem só a quem é excelente, tem-se que pagar decentemente a todos. É outro problema.

Agora, quando se trata de núcleos de excelência, aí é a excelência que conta. E esqueçam o dinheiro, desde que seja nessa margem pequena. Então, acredito que são, digamos, desafios novos da vida brasileira.

Dito isso, eu queria reiterar, e creio que falo em nome de todos, do Governo e do País, os nossos agradecimentos àqueles que, apesar de todas as dificuldades – porque eu, aqui, assinalo alguns pequenos êxitos, mas o grosso da nossa vida cotidiana é de dificuldades –, apesar delas, têm contribuído de maneira tão decisiva para que tenhamos, no Brasil, como temos, uma capacidade científica razoável, boa, necessária, para que possamos continuar construindo um país e criar uma nação que precisa ter capacidade de produção própria, intelectual; tem que ter capacidade de reflexão; tem que ter autono-

mia intelectual, que é condição, no mundo de hoje, mais do que nunca, para qualquer outra autonomia, inclusive a política.

A condecoração que os senhores e as senhoras recebem hoje é, simplesmente, um sinal de reconhecimento de todo o País ao trabalho que os senhores e as senhoras vêm realizando.

Muito obrigado.